

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.338 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 14 DE AGOSTO DE 2001

## Acordo com FMI será explicado hoje por ministros ao Senado

Pedro Malan, da Fazenda, e Martus Tavares, do Planejamento, depõem a partir das 17h na Comissão de Assuntos Econômicos, juntamente com o presidente do Banco Central, Armínio Fraga



Os senadores Romeu Tuma, Jefferson Péres e João Alberto reúnem-se hoje para acertar próximos passos das apurações de denúncias

O nível de sacrifício que será exigido da sociedade brasileira para o cumprimento do novo acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) estará no centro dos debates que os senadores devem travar hoje com os ministros Pedro Malan e Martus Tavares e com o presidente do Banco Central, Armínio Fraga. Pelo acordo, o Brasil poderá sacar, entre setembro de 2001 e dezembro de 2002, mais US\$ 15 bilhões do Fundo. A definição de novos cortes orçamentários para o ano que vem está inquietando os parlamentares da Comissão Mista de Orçamento.

PÁGINA 3

## Comissão define novas etapas das investigações sobre caso Jader

PÁGINA 5

### Vigência das atuais medidas provisórias preocupa senadores

José Eduardo Dutra e Osmar Dias manifestam preocupação com o dispositivo — contido na proposta que restringe a edição de MPs — que mantém em vigor as atuais medidas provisórias. Edison Lobão disse estar buscando solução para o caso.

PÁGINA 4

### Paulo Souto quer a liberação dos transgênicos

Debate sobre a produção e o cultivo dos organismos geneticamente modificados deve sair dos fóruns judiciais para ser realizado nos meios técnicos, científicos e acadêmicos, segundo o senador. Ele disse que biotecnologia oferece maior segurança que os métodos tradicionais.

PÁGINA 8



### Energia alternativa é tema de debate em audiência pública

Audiência pública sobre fontes alternativas de produção de energia elétrica será realizada hoje pela comissão especial destinada a estudar as causas da crise no setor. De amanhã a sexta-feira, os integrantes da comissão visitam as usinas de Sobradinho e Xingó.

PÁGINA 8

# Comissão vota projeto que favorece rádio comunitária

Ampliação do prazo de validade da outorga, tornando-o igual ao das emissoras comerciais, deve ser examinada hoje. Também está na pauta da CE a inscrição do nome do Duque de Caxias no Livro dos Heróis da Pátria

A Comissão de Educação (CE) vota hoje, a partir das 11h30, projeto do senador Gilvam Borges (PMDB-AP) que aumenta o prazo de validade da outorga para a exploração de serviços de radiodifusão comunitária de três para dez anos, mesmo período concedido às rádios comerciais. A renovação da outorga também será por dez anos.

O projeto tem parecer favorável do senador Gerson Camata (PMDB-ES) e, se aprovado pela comissão, seguirá para análise da Câmara dos Deputados, exceto se houver recurso para que seja examinado pelo Plenário.

Na mesma reunião, a Comissão de Educação analisa projeto do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) que institui o Dia Nacional do Cientista Social e o do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) que pede a inscrição do nome de Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, no Livro dos Heróis da Pátria. Ambas as proposições têm parecer favorável.

A CE examina também 35 projetos de decreto legislativo aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviços de radiodifusão de som e imagem.



Proposta de Gilvam Borges tem parecer favorável e será votada em caráter terminativo



TERÇA-FEIRA, 14 DE AGOSTO DE 2001

## AGENDA

Presidente  
Senador Edison Lobão (interino)

16h45 — Recebe os ministros da Fazenda, Pedro Malan, e do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, e o presidente do Banco Central do Brasil, Arminio Fraga.

### PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: segunda sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 19/00, altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental; segunda sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 25/00, altera artigo da Constituição federal para facultar a nomeação de membros das cortes de contas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios através de concurso público; quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 1-B/95, altera dispositivos dos artigos 48, 57, 61, 62, 64, 66, 84, 88 e 246 da Constituição federal (limitação à edição de medidas provisórias); PLC nº 7/01, acrescenta parágrafos 4º e 5º ao artigo 29 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43, para proibir anotações desabonadoras na Carteira de Trabalho e Previdência Social; PDL nº 274/00, convoca plebiscito sobre a criação do território federal do Oiapoque; PDLs autorizando a execução de serviço de radiodifusão comunitária; Parecer nº 709/01, da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Ofício nº S/10, de 2001 (Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste); Requerimento nº 164, do senador Nabor Júnior, solicitando o sobrestamento do PLS nº 68/00, que tramita em conjunto com o PLS nº 5/00, a fim de aguardar a deliberação da Câmara dos Deputados sobre o PLS nº 16/96; e Requerimento nº 378/01, do senador Ney Suassuna, solicitando a tramitação conjunta dos PRs nºs 13 e 19, 2001, por regularem a mesma matéria.

### COMISSÕES

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Mensagem nº 207/00, submete à apreciação do Senado proposta para que sejam autorizadas operações financeiras de que trata o acordo de reescalonamento, com remissão parcial da dívida, da República de Zâmbia para com o Brasil, no valor equivalente a US\$ 14,1 milhões, com previsão de redução do valor presente líquido (debt service reduction option), com base na ata de entendimentos celebrada no âmbito do Clube de Paris; PLC nº 80/96, obriga as empresas distribuidoras de gás liquefeito de petróleo (GLP) ou de gás natural a lacrar os botijões e requalificá-los; emendas de plenário oferecidas ao PLS nº 146/96, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das zonas de processamento de exportação; PLS nº 221/99, altera a Lei nº 6.024/74, que dispõe sobre a intervenção e a liquidação extrajudicial de instituições financeiras; PLS nº 396/99, destina as importâncias não pagas dos prêmios de qualquer modalidade de concurso de prognósticos autorizados pelo poder público aos municípios atingidos por desastres climáticos ou ecológicos; PLS nº 385/99, isenta do Imposto de Renda os valores recebidos a título de salário-educação e salário-maternidade; PLS nº 455/99, altera dispositivos da Lei nº 7.713/88 e da Lei nº 9.250/95, que dispõem sobre Imposto de Renda; PLS nº 53/01, modifica o art. 15, parágrafo 1º, inciso II, da Lei nº 9.424/96, e o art. 2º da Lei nº 9.766/98, que dispõem sobre o salário-educação.

17h — Audiência pública com a presença dos ministros da Fazenda, Pedro Malan, e do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, e o presidente do Banco Central do Brasil, Arminio Fraga, acerca dos termos firmados entre o governo do Brasil e o Fundo Monetário Internacional e o crescimento da dívida pública e da taxa de juros. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

11h30 — Comissão de Educação

Pauta: PLS nº 105/01, altera o parágrafo único do artigo 6º da Lei nº 9.612/98, que institui o serviço de radiodifusão comunitária; PLS nº 94/01, institui o Dia Nacional do Cientista Social; PLS nº 82/01, requer seja inscrito o nome de Luís

Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, no Livro dos Heróis da Pátria; PLC nº 111/00, denomina Aeroporto Internacional do Recife/Guararapes — Gilberto Freyre o aeroporto localizado na cidade do Recife (PE); e PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão de som e imagem. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*  
14h30 — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização  
Pauta: relatórios referentes à adequação (BR-060/GO), construção (BR-235/TO) de trechos rodoviários e implantação de hidrovias (BR-235/TO) no Corredor Araguaia-Tocantins; apreciação dos relatórios apresentados aos PLS nºs 8/01-CN, que abre no orçamento fiscal da União, em favor da Presidência da República, crédito suplementar no valor de R\$ 49 milhões, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente; e nº 10/01-CN, que abre no orçamento fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplementar no valor de R\$ 8,3 milhões, para reforço de dotação consignada no vigente orçamento; e Mensagem nº 254/CN, que encaminha o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, com respectiva exposição de motivos dos ministros do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, e da Fazenda, Pedro Malan. *Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães — Câmara dos Deputados*  
15h30 — Reunião da Comissão Mista Especial para Estudar a Crise de Energia  
Pauta: debate sobre o aproveitamento de fontes alternativas de produção de energia elétrica com a presença de Suani Teixeira Coelho, do Centro Nacional de Referência em Biomassa; Luís Octávio Koblitis, da Escola de Engenharia de Pernambuco; Armando Abreu, diretor da Brasil Energias Solar e Eólica; Ivonice Campos, coordenadora de Ações de Desenvolvimento Energético do Ministério da Ciência e Tecnologia; e Jayme Buarque de Holanda, diretor do Instituto Nacional de Eficiência Energética. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*  
17h30 — CPI das ONGs

Pauta: reunião administrativa. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: PDL nº 130/01, submete à apreciação do Senado a escolha do nome de Luiz Henrique Pereira da Fonseca para, cumulativamente com o cargo de embaixador do Brasil junto à Finlândia, exercer o de embaixador do Brasil junto à República da Estônia; Mensagem nº 137/01, submete à apreciação do Senado a indicação do nome de Vera Pedrosa Martins de Almeida para exercer o cargo de embaixadora do Brasil junto ao Reino da Dinamarca; e exposição de Jacques Guilbeaud sobre as causas da sua demissão do Itamaraty, em vista de requerimento do senador Roberto Requião. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7*

### PREVISÃO PLENÁRIO

Quarta-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLS nº 44/01 — Complementar, altera a composição do Conselho Administrativo da Superintendência da Zona Franca de Manaus; votação, em primeiro turno, da PEC nº 61/99, dá nova redação aos parágrafos 2º e 3º do artigo 14 da Constituição federal (direito ao estrangeiro de participar da vida política do município domiciliado); terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 19/00, altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental; terceira e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 25/00, altera o artigo da Constituição federal para facultar a nomeação de membros das cortes de contas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios através de concurso público; quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 1-B/95, altera dispositivos dos artigos 48, 57, 61, 62, 64, 66, 84, 88 e 246 da Constituição federal (limitação à edição de medidas provisórias); quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 8/95, dá nova redação ao inciso X do parágrafo 2º do artigo 155 da Constituição federal (isenção de ICMS); PLC nº 30/01, altera a redação do artigo 467 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que dispõe sobre o pagamento de verbas rescisórias de juízo; PLC nº 33/01, dispõe sobre o uso do bromato de potássio na farinha e nos produtos de panificação; e PDLs autorizando a execução de serviço de radiodifusão comunitária.

Quinta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLS nº 270/99, estabelece a obrigatoriedade de aplicação de, no mínimo, 22% dos recursos do sistema BNDES para financiamento de projetos do setor de agroindústria; PDLs autorizando a execução de serviço de radiodifusão de som e imagem; e Requerimento nº 327/01, da senadora Marina Silva, solicitando que, sobre o PDL nº 145/01, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

### COMISSÕES

Quarta-feira

9h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: entre outros, apreciação em turno suplementar do substitutivo ao PLS nº 526/99 (tramita em conjunto com o PLS nº 538/99), altera os artigos 3º e 9º da Lei nº 7.802/89, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes afins; PLS nº 227/00, inclui, na Lei nº 8.406/92, artigo que estabelece a gratuidade da emissão de extratos bancários referentes ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); PLS nº 4/01, altera o valor do salário-mínimo a partir de 1º de abril de 2001. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: entre outros, Mensagem nº 158/01, submete à apreciação do Senado o nome de José Coelho Ferreira para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar; emendas nºs 1 a 4 da Câmara ao PLS nº 112/88, concede incentivos fiscais ao empregador que admitir pessoas portadoras de deficiência física e maiores de 60 anos; emendas nºs 9 e 10 de Plenário oferecidas ao PLS nº 242/00, altera a Lei nº 9.504/97, que estabelece normas para as eleições; Requerimento nº 302/01, do senador Eduardo Suplicy e outros, solicitando ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, informações sobre os cotistas e acionistas dos fundos de investimentos mais lucrativos, principalmente de juros e câmbio, dos bancos FonteCindam, Marka, Modal, Boa Vista e Pactual, durante os anos de 1997 e 1998; Requerimento nº 230/01, da senadora Marina Silva, solicitando ao ministro da Fazenda informações sobre a lista de todas as operações de crédito externo realizadas com o setor privado brasileiro, de 1990 à presente data; PLS nº 289/99, altera a redação do artigo 75 e seu parágrafo 1º, e do art. 159 e seus parágrafos 1º, 2º e 3º, do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal Brasileiro), e suprime o parágrafo único do art. 8º da Lei nº 7.210/84 (Lei de Execução Penal), para aumentar a pena para os crimes de extorsão, mediante seqüestro, e restringir o abrandamento na aplicação da pena; PLS nº 172/99, altera o artigo 261 da Lei nº 9.503/97, que institui o Código de Trânsito Brasileiro; PLS nº 47/00, altera a Lei nº 8.666/93, que regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição federal, institui normas para licitações e contratos da administração pública, para o fim de disciplinar a afixação de placa indicativa da realização de obras ou de serviços nas condições e formas que menciona; PLS nº 469/99, institui diretriz a ser observada pela União, pelos estados e municípios na implementação de programas habitacionais; PLS nº 543/99, dispõe sobre o seguro-garantia. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*  
11h30 — Reunião conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos

Pauta: audiência pública para instruir o PLC nº 23/01, altera e acrescenta dispositivos na Lei nº 6.404/76, que dispõe sobre as sociedades por ações, e na Lei nº 6.385/76, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários. Convidados: deputados Antônio Kandir (PSDB-SP) e Emerson Kapaz (PPS-SP). *Ala Senador Alexandre Costa — sala 3*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho (licenciado)  
Presidente em exercício: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti  
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150  
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327  
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade  
Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

## CAE examina renegociação da dívida de Zâmbia

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) examina hoje mensagem do presidente da República solicitando autorização do Senado para reescalonar a dívida de US\$ 14,1 milhões da República de Zâmbia ao Brasil. Conforme a mensagem, parcelas vencidas e não pagas até abril deste ano e parcelas a vencer até março de 2002 ficam prorrogadas, em condições vantajosas para o devedor, para até 2033. O reescalonamento prevê ainda, por meio de redução parcial nos juros devidos, o perdão de parte da dívida.

A proposta recebeu relatório favorável do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que acatou os termos da iniciativa do governo brasileiro, acertada no âmbito do Clube de Paris. Pelo que ficou acordado, haverá redução de 67% das dívidas de Zâmbia com aquele foro.

Para fazer jus à renegociação com o Clube de Paris, o governo de Zâmbia teve de fechar acordo com o Fundo

Monetário Internacional (FMI), comprometendo-se a ajustar as contas públicas do país e cumprir um programa de privatização.

Zâmbia, segundo o relatório de Suplicy, é um dos países mais pobres da África, registrando, em 1999, renda *per capita* de apenas US\$ 330 dólares. Naquele ano, o Produto Interno Bruto (PIB) do país foi de US\$ 3,2 bilhões, contra uma dívida externa de US\$ 5,2 bilhões.

A CAE apreciará ainda os seguintes projetos de lei, entre outros: o que obriga as companhias distribuidoras de gás de cozinha a revisar seus botijões a cada cinco anos; o que define o tratamento tributário a ser dispensado às Zonas de Processamento de Exportações (ZPEs); e o que determina que o Banco Central preste contas ao Senado sobre as liquidações extrajudiciais feitas no mercado financeiro.



O relator Eduardo Suplicy é favorável à redução da dívida

# Malan, Martus e Fraga explicam hoje novo acordo com o FMI

Durante a audiência, a partir das 17h na Comissão de Assuntos Econômicos, serão debatidas as metas que o governo brasileiro deverá cumprir para ter direito ao empréstimo de US\$ 15 bilhões

Os ministros Pedro Malan, da Fazenda, e Martus Tavares, do Planejamento, Orçamento e Gestão, além do presidente do Banco Central, Armínio Fraga, deverão dimensionar hoje, a partir das 17h, perante a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o nível de sacrifício que será exigido da sociedade brasileira para que seja cumprido o novo acordo acertado entre o governo brasileiro e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Pelo acordo, o país poderá sacar, entre setembro de 2001 e dezembro de 2002, mais US\$ 15 bilhões daquela instituição, equivalentes a 400% da cota brasileira junto ao Fundo. Desses US\$ 15 bilhões, 25% seriam na modalidade de um empréstimo *stand by* (destinado a eventual cobertura de desequilíbrios no balanço de pagamentos) e 75% na modalidade de *supplementary reserve facility* (destinado ao fortalecimento das reservas internacionais).

Para ter direito ao novo emprés-



O superávit primário de R\$ 40 bilhões deverá ser um dos principais temas da audiência com Malan, Martus e Fraga

timo do FMI, o governo brasileiro será obrigado a cumprir novas metas de ajuste das contas públicas no âmbito do acordo, em que se inclui a elevação dos níveis de superávits fiscais (receitas menos despesas, exclusive os encargos da dívida pública).

Segundo prevê a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2002, o governo deverá alcançar

superávit primário de aproximadamente R\$ 32 bilhões. Com o novo acordo, esse valor poderá superar os R\$ 40 bilhões, o que implicará novos cortes orçamentários para 2002.

### CORTES

A definição dos cortes vem provocando profunda inquietação na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fis-

calização. Parlamentares da oposição já tentaram, sem sucesso, reduzir os níveis de formação do superávit primário nas contas públicas, para com isso deixar mais recursos disponíveis para o investimento de setores prioritários. Malan, Martus e Fraga poderão explicar exatamente quais setores serão atingidos pelos cortes.

## EMPRÉSTIMO PODE NEM SER UTILIZADO

**O** novo acordo firmado entre o governo brasileiro e o Fundo Monetário Internacional (FMI) poderá nem vir a ser utilizado pelo Brasil, conforme o economista e consultor Raul Velloso, especialista em contas públicas. Entretanto, ao receber o empréstimo de US\$ 15 bilhões prometido pela instituição, o governo teria importante instrumento para manter a estabilidade do real, desarmando o ânimo dos que especulam com o câmbio. A avaliação é de Velloso, ex-funcionário do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), órgão ligado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Segundo o economista, os especuladores não serão desestimulados apenas pelo volume de dólares à disposição do país. O fato de o governo assinar novo acordo com o Fundo servirá como aval ao programa econômico brasileiro, agora que as agências internacionais de classificação de risco (as ratings) atribuem ao Brasil maior risco de inadimplência ou quebra, em razão da crise econômica vivida pela Argentina.

Na opinião do consultor, é difícil impedir que as ratings ponham o Brasil e a Argentina "no mesmo saco". Caberia ao governo brasileiro, por meio de medidas concretas, mos-

trar o quanto o Brasil se diferencia do país vizinho. Nesse sentido, o acordo com o FMI contribuiria para elevar a credibilidade da economia brasileira.

Dados divulgados pelo Banco Central em junho último indicam que as reservas internacionais brasileiras atingiram a marca de US\$ 37,3 bilhões. Desse total, o BC separou US\$ 6 bilhões para aplicar em operações antiespeculativas, ou seja, nos leilões realizados para ofertar dólares e controlar a alta exagerada da moeda norte-americana frente ao real. Sempre que as "apostas" contra o real se intensificam, o BC entra no mercado vendendo dólares (ou títulos reajustados com base no câmbio), derrubando, assim, as cotações e evitando maior desvalorização da moeda nacional.

Críticos da atuação do BC argumentam que, ao revelar o volume e o plano de utilização das reservas, o governo cometeu grave equívoco: mostrou ter cacife muito curto contra os especuladores. Com o novo aporte de recursos do FMI, esse quadro mudaria, já que, teoricamente, o "cacife oficial" passaria de US\$ 6 bilhões para US\$ 21 bilhões. A estabilidade do real estimularia também a entrada de investimentos estrangeiros, contribuindo para reforçar o caixa do país.

## Suplicy quer conhecer detalhes da operação antes da audiência

Até o início da tarde de ontem, o Ministério da Fazenda não havia enviado ao Senado cópia da íntegra do acordo firmado com o Fundo Monetário Internacional (FMI) que prevê empréstimo de US\$ 15 bilhões para o Brasil. O acordo será debatido hoje entre os senadores e os ministros da Fazenda, Pedro Malan, e do Planejamento, Gestão e Orçamento, Martus Tavares, além do presidente do Banco Central, Armínio Fraga. Para o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), o atraso pode prejudicar a qualidade dos debates.

— Sem isso não há como formarmos uma idéia sobre o que foi negociado com o Fundo, nem como debater o assunto de forma aprofundada — reclamou Suplicy, que enviou fax ao Ministério da Fazenda solicitando o envio urgente do documento.

O presidente interino do Senado, Edison Lobão, se comprometeu a interceder para que cópia do acordo chegasse ao Senado a tempo de ser analisado pelos parlamentares.

— Esta é uma questão fundamental que devemos debater em profundidade. O Senado jamais se omitirá de suas funções essenciais — disse Lobão.

# Hartung quer decisão sobre grandes questões do país

Senador afirma que desgaste político que atinge a Casa não deve afastá-la da análise de projetos voltados para as grandes questões nacionais. Ele disse que há um acúmulo de projetos importantes, pendentes de votação, nas comissões

O desgaste político por que passa o Senado, com as crises em torno da violação do painel eletrônico e do suposto envolvimento do senador Jader Barbalho (PMDB-PA) no desvio de recursos públicos, não deve afastar a Casa da elaboração de propostas para as grandes questões nacionais, afirmou ontem o senador Paulo Hartung (PPS-ES). "Há acúmulo de matérias importantes pendentes de votação nas comissões, especialmente nas de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Assuntos Econômicos, que dizem respeito a questões sociais, econômicas e políticas que podem ajudar o país a enfrentar crises como a cambial e a das polícias", observou.

O acordo firmado pelo governo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) deve ser, na avaliação do parlamentar, objeto de cuidadosa análise do Senado. Para Hartung, o acordo é desejável e não deve ser tratado de um ponto de vista ideológico ou com intuítos eleitorais.

— O Brasil precisa de mais recursos para afastar a ameaça de contágio, que, dependendo do desenrolar da crise argentina, pode aprofundar estragos. Mas o acordo também significa a imposição de novos sacrifícios, pelo compromisso adicional de ajuste fiscal — afirmou Hartung, que salientou a necessidade de serem evitadas "cláusulas exóticas", que criem dificuldades para o investimento das empresas estatais.

## COMÉRCIO EXTERIOR

Em aparte, o senador Ricardo Santos (PSDB-ES) elogiou a postura de Hartung, que, apesar de parlamentar opositor, entende a necessidade do acordo com o Fundo. Ricardo Santos considera importante a revisão dos prazos dispostos no



Para Hartung, agenda por ele sugerida pode ajudar a enfrentar crises como a cambial e das polícias

acordo para a obtenção de superávit primário. O acordo prevê um superávit de 3,5% do PIB (Produto Interno Bruto) em dois anos. "Precisamos transformá-lo em um acordo de médio prazo, evitando que se transforme em arrocho", comentou Ricardo Santos.

Hartung disse que o Senado também deve se debruçar sobre uma proposta de política industrial e de comércio exterior para o Brasil. Além disso, sustentou o senador, é necessária a aprovação da nova Lei das Sociedades Anônimas e a regulamentação do dispositivo constitucional que trata do sistema financeiro nacional.

As recentes greves policiais na Bahia, Pernambuco e Tocantins colocaram a questão da segurança pública na ordem do dia, na avaliação de Hartung. "Precisamos de uma visão mais ampla de cidadania", afirmou. Para ele, nos grandes centros urbanos o tratamento do problema deve ser acompanhado de uma política urbana e social abrangente. Nesse sentido, a aprovação pelo Congresso do Estatuto da Cidade, que disciplina o uso do solo urbano, representou, para Hartung, um avanço histórico.

## Bornhausen fala à TV Senado sobre o Código do Contribuinte

O senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) é o convidado do programa *Entrevista* de hoje, da TV Senado. O senador fala aos jornalistas Maurício Melo Júnior e Floriano Filho sobre o projeto de sua autoria, em tramitação no Senado, que estabelece regras para o relacionamento entre a Receita Federal e o contribuinte brasileiro, o chamado Código de Defesa do Contribuinte. O programa vai ao ar às 7h30.

Já no programa *Debate*, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) e o diretor do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, José Flávio Saraiva, discutem com o jornalista Beto Almeida medidas que o Brasil deve adotar para seu desenvolvimento econômico, político e social e sua participação nos blocos comerciais como a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e o Mercosul. O programa será transmitido às 6h30 e 13h30.

## Dutra e Osmar Dias mostram-se preocupados com as MPs em vigor

Na terceira sessão de discussão da proposta de emenda à Constituição (PEC) que limita o poder presidencial de editar medidas provisórias (MPs), os senadores José Eduardo Dutra (PT-SE) e Osmar Dias (sem partido-PR) se disseram preocupados com o dispositivo que mantém em vigor as atuais MPs.

Trata-se do artigo 2º da PEC, estabelecendo que as MPs hoje em vigor perdurarão até que medida provisória posterior as revogue explicitamente ou até deliberação definitiva do Congresso.

Na ocasião, o presidente interino da Casa, Edison Lobão (PFL-MA), disse partilhar da mesma preocupação e estar em entendimento com o presidente da Câmara dos Deputados, Aécio Neves (PSDB-MG), para encontrar uma solução. Lobão lembrou que as assessorias das duas Casas estão estudando o assunto e que ele pretende reunir as lideranças partidárias quando uma solução for encontrada.

Lobão afirmou ainda que as MPs hoje em vigor chegam a 54 e, referido ao "lixo autoritário", varrido do país com o trabalho da Assembleia Nacional Constituinte, parafrazeou dizendo que "restou agora o lixo democrático".

Dutra pediu que as duas Casas do Legislativo encontrem uma solução para esse problema, alegando ter conhecimento de que a Câmara dos Deputados dá ao caso uma interpretação segundo a qual as antigas MPs não trancariam a pauta de votações, enquanto as novas MPs o farão.

Também preocupado, o senador Osmar Dias sustentou que devem prevalecer as mesmas regras para as MPs que estão em vigor e para as que vigorarão depois da votação da proposta de emenda à Constituição. "Caso não sejam votadas, elas deixarão de existir", afirmou ele.

Osmar Dias se disse preocupado com algumas dessas iniciativas, entre elas a que institui o novo Código Florestal, texto que, conforme explicou, contém notáveis equívocos. Lembrando as diferenças entre as áreas agricultáveis do Sul e do Norte do país, Osmar Dias afirmou que, para o Paraná, essa MP consistirá numa reforma agrária às avessas.



Na terceira sessão de discussão da PEC que restringe a edição de medidas provisórias, debateram a questão os senadores José Eduardo Dutra e Osmar Dias

## Restrição ao uso de medidas provisórias será votada amanhã

A proposta de emenda à Constituição que proíbe a reedição de medidas provisórias pelo Poder Executivo terá hoje sua quarta sessão de discussão em primeiro turno. O texto que voltou da Câmara dos Deputados aumenta o prazo de validade das MPs de 30 para 60 dias. Se não for votada nesse prazo, ocorre uma prorrogação por mais 60 dias, com preferência da MP sobre todas as outras matérias. Findo esse tempo, a MP perde sua validade.

A PEC, apresentada em 1995 pelo então senador Esperidião Amin — atual governador de Santa Catarina —, deve ser votada amanhã. Se aprovada, terá de ser novamente apreciada em segundo turno no Senado, para então, caso haja nova aprovação, ser promulgada pelas Mesas do Senado e da Câmara. A matéria tem parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde foi relatada pelo senador Osmar Dias (sem partido-PR).

Outras duas PECs têm hoje a penúltima sessão de discussão antes de sua votação em segundo turno. A primeira cria o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental, que visa promover o desenvolvimento econômico da região sem agredir o meio ambiente. De autoria do senador Jefferson Péres (PDT-AM), a matéria foi aprovada no Senado em primeiro turno por unanimidade.

O fundo, que deverá vigorar entre 2001 e 2013, contempla os estados do Acre, Amazonas, Roraima e Rondônia. A CCJ encaminhou ao Plenário parecer favorável ao subs-

titutivo apresentado pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM). Os recursos — oriundos da receita líquida de impostos e contribuições arrecadados pela União no estado do Amazonas e divididos entre os quatro estados de forma proporcional, de acordo com a área de proteção ambiental de cada um — serão utilizados em obras e programas realizados nos municípios do interior desses estados. A matéria terá ainda de ser votada pela Câmara dos Deputados.

## TRIBUNAIS DE CONTAS

A outra PEC em segundo turno acrescenta o concurso público como forma de escolha de integrantes dos tribunais de contas dos estados e municípios. A matéria, de autoria do senador Álvaro Dias (PSDB-PR), teve parecer favorável da CCJ, onde foi relatada pelo senador Jefferson Péres. Como a anterior, segue para o exame da Câmara dos Deputados, caso seja aprovada pelo Senado.

Entre os 11 itens da pauta de hoje está o projeto de decreto legislativo que convoca plebiscito para criação do território federal do Oiapoque. De autoria do senador Sebastião Rocha (PDT-AP), a matéria recebeu parecer favorável na CCJ, apresentado pelo senador Gerson Camata (PMDB-ES).

Será votado projeto de lei da Câmara que proíbe anotações desabonadoras na carteira de trabalho. A proposta, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), teve parecer favorável na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde foi relatada pela senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE).



Morte do deputado federal levou o Senado a suspender sessão

## Plenário homenageia Flávio Derzi

O Senado aprovou ontem requerimento de pesar pela morte do deputado federal Flávio Derzi, acontecida no início da tarde do domingo (dia 12). Por tratar-se da morte de um parlamentar, o presidente interino do Senado, senador Edison Lobão (PFL-MA), suspendeu a sessão logo após a aprovação do requerimento. Lobão lembrou sua amizade com a família do deputado e afirmou que a morte de Derzi deixa uma "lacuna no poder político nacional". Os autores do requerimento são os senadores Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) e Pedro Ubirajara (PMDB-MS).

O senador Juvêncio da Fonseca destacou as ações do deputado, que era filho do senador Saldanha Derzi, falecido no ano passado, para ajudar a inserir o Mato Grosso do Sul mais afirmativamente no contexto nacional.

— Flávio entregava-se por inteiro ao trabalho. Era credor da admiração de todo o Mato Grosso do Sul — afirmou o senador.

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) apresentou, em nome de Goiás, as condolências à família. Afirmou que pai e filho demonstraram, ao longo de seus mandatos, o amor pelo Centro-Oeste e especialmente por Mato Grosso do Sul. Na opinião de Iris, tanto Saldanha quanto Flávio Derzi apresentavam "tenaz ousadia" na luta em favor da região.

— Desfrutei da amizade de Flávio Derzi, um fervoroso defensor da agricultura — disse, lembrando que o deputado contava com a simpatia e o respeito de praticamente todos os parlamentares.

O deputado faleceu aos 50 anos, de câncer. Eleito pelo PMDB de Mato Grosso do Sul, estava em seu terceiro mandato como deputado federal. Derzi era vice-líder do PMDB na Câmara dos Deputados e um dos principais articuladores do governador Zeca do PT em Brasília. Agricultor, pecuarista e administrador de empresas, Derzi era sobrinho do senador Lúdio Coelho.

# Comissão reúne-se hoje para definir novas investigações no caso Jader

Senadores aguardam para daqui a uma semana os resultados da perícia de Ricardo Molina na fita que contém gravação de suposta conversa sobre propina para liberar recursos da Sudam

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) informou que a comissão especial do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar que investiga as acusações contra o presidente licenciado do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), vai reunir-se hoje, em horário ainda não definido, para traçar as próximas etapas de trabalho. Segundo Jefferson, dificilmente Jader será ouvido ainda esta semana.

— Isso somente deverá acontecer após os levantamentos que estão sendo feitos pela comissão, ou seja, na fase final dos trabalhos — afirmou Jefferson, comunicando também que, no decorrer da semana, ele e os senadores Romeu Tuma (PFL-SP) e João Alberto Souza (PMDB-MA) — que compõem a comissão — vão examinar as denúncias sobre irregularidades envolvendo a Fazenda Paraíso e a emissão ilegal de Títulos da Dívida Agrária, além do des-



João Alberto, Tuma e Jefferson apuram denúncias sobre irregularidades em TDAs e desvio de recursos

vio de recursos do Banco do Estado do Pará (Banpará).

A comissão aguarda para daqui a uma semana os resultados das investigações que estão sendo realizadas pelo perito Ricardo Molina, de Campinas (SP), nas fitas que contêm supostas conversas que poderiam incriminar Jader em um caso de intermediação na liberação de recursos da

Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

Na semana passada, em Manaus (AM), os senadores ouviram um dos principais envolvidos nas gravações, o deputado estadual Mário Frota, além de dois outros empresários que seriam os supostos beneficiários da negociação. Um dos trechos da conversa gravada seria de Frota que pediria,

em nome de Jader, US\$ 5 milhões para auxiliar na liberação de financiamentos da Sudam.

Jefferson afirmou que não pode tirar qualquer conclusão antes do laudo de Molina, mas disse que, aparentemente, a voz da fita não é de Frota. Também o senador Romeu Tuma preferiu não se pronunciar antes da entrega do laudo.

## Simon pede renúncia à presidência do Senado

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse ontem que o senador Jader Barbalho deveria renunciar à presidência do Senado Federal. "Eu acho que o meu amigo Jader Barbalho deveria renunciar à presidência do Senado. Ele tem obrigação, para com o partido e com o Senado, de renunciar. Isso

não quer dizer que ele tenha culpa. O senador Jader Barbalho deve se defender no Conselho de Ética", afirmou.

O senador Paulo Hartung (PPS-ES) apoiou a sugestão de Simon e disse que a investigação sobre as denúncias contra Jader devem prosseguir no Conselho de Ética e na Justiça. "Acredito que o senador Jader Barbalho não tem condições políticas e objetivas de continuar na presidência do Senado", acentuou.

Simon classificou de "injusto" o tratamento que tem recebido da imprensa e elogiou os jornalistas



Simon também adverte companheiros do PMDB que "não iria no barco do Brizola"

Boris Casoy e Helio Fernandes por darem espaço à sua pré-candidatura à Presidência da República pelo PMDB. "Minha candidatura é tratada com deboche ou não existe para a grande imprensa", desabafou. O senador gaúcho reclamou ainda de declarações do senador Ro-

berto Requião (PMDB-PR), feitas no programa *Passando a Limpo*, com Boris Casoy. Segundo Requião, Simon estaria sendo iludido com a candidatura própria e, por estar encantado com essa possibilidade, estaria se calando diante de algumas questões.

— Desafio que Requião ou qualquer outro aponte no que me calei. Requião foi maldoso quando disse que estou sendo enganado com a possibilidade de candidatura própria. Essas declarações são um agressão grosseira que ele fez comigo. Por nunca ter-me calado e ter seguido uma linha reta

de conduta moral e política é que posso estar aqui defendendo as idéias que defendo. A maioria das bases do PMDB quer candidato próprio e sair do governo.

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) disse que a imprensa tem uma "certa má-vontade" com o PMDB e garantiu que, apesar disso, ninguém vai conseguir inverter a decisão da candidatura própria. Segundo ele, o tumulto em torno da questão está sendo provocado por forças externas ao partido. "Não vamos agora querer bancar os espertos ou oportunistas, pois nós ajudamos a eleger esse governo e ajudamos a garantir a governabilidade. Não vamos agora desestabilizar o governo", observou.

Simon afirmou ainda que não acredita na saída do presidente do partido, senador Maguito Vilela (PMDB-GO), caso o governador Itamar Franco saia do PMDB. Para ele, Itamar não deveria dar ouvidos aos "cantos de sereia" de Leonel Brizola. "Eu não iria no barco do Brizola. A sua biografia não recomenda essa aliança. Não venham com essa história de que estão saindo do PMDB porque aqui não dá. Eu digo que dá."

## Dutra propõe que Jader seja ouvido logo

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) propôs que o senador Jader Barbalho (PMDB-PA) seja convocado para prestar depoimento ainda esta semana no Conselho de Ética. Ele acredita que, com um primeiro depoimento, a comissão especial que está investigando as denúncias contra o presidente licenciado da Casa poderia estabelecer uma comparação entre os argumentos do senador e os documentos já analisados.

Mesmo considerando a importância de Jader ser convocado para depor ainda esta semana, José Eduardo Dutra registrou que quem deve dar a palavra final sobre o assunto é a comissão especial.

— Um depoimento esta semana é uma sugestão que nós da oposição estamos fazendo, mas não queremos atropelar a subcomissão, até porque confiamos no nosso representante, que é o senador Jefferson Péres (PDT-AM) — afirmou.

# Valadares quer alimentação entre os direitos sociais

Ele explica que sua proposta obriga os governos a estabelecerem programas consistentes de combate à fome e à miséria no país

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) apresentou proposta de emenda constitucional incluindo a alimentação entre os direitos sociais dos brasileiros, ao lado da educação, da previdência e da saúde. Ele argumenta que o governo brasileiro deu voto favorável na Comissão de Direitos Humanos da ONU, em 1993, colocando a alimentação entre os direitos dos cidadãos e, assim, considera justo que o assunto também esteja na Constituição brasileira.

Se aprovada, a emenda não irá forçar "distribuição aleatória ou demagógica de cestas básicas, sem critérios ou motivação", conforme Valadares. No entanto, obrigará os governos a estabelecerem programas consistentes e permanentes de combate à fome e à miséria.

O senador considera inadmissível que 9% das crianças brasileiras morram antes de completar um ano de vida devido à subnutrição. Ele cita dados de pesquisa da Fundação Getúlio Vargas, os quais revelam que há 50 milhões de miseráveis no Brasil e que praticamente um terço da população (29,3%) tem renda inferior a R\$ 80 *per capita*.

"Não seremos um país digno enquanto assistirmos a esse quadro dantesco de miséria; enquanto brasileiros continuarem a morrer por falta de um prato de comida", afir-



## O quadro da miséria

- Dados da Fundação Getúlio Vargas revelam que há **50 milhões** de miseráveis no Brasil e que praticamente um terço da população (**29,3%**) tem renda mensal inferior a **R\$ 80 per capita**
- **9%** das crianças brasileiras morrem antes de completar um ano de vida, em decorrência de subnutrição

ma Valadares. Ele cita dados apresentados recentemente por um relator especial da ONU, o deputado suíço Jean Ziegler, para quem a atual produção mundial alimentaria o dobro dos 6 bilhões de habitantes do planeta, desde que não houvesse concentração de consumo nos países ricos. "Há um genocídio silencioso no mundo, com a morte de 100 mil pessoas por dia", pela falta de alimentação adequada, diz.

Ainda citando o relator especial da ONU, o senador de Sergipe relaciona as causas de tanta morte no mundo por desnutrição: distribuição desigual de riqueza entre as nações, corrupção, ditaduras, uso de alimento como arma de guerra, desvio de recursos para pagamento de dívidas e imposição da lei da oferta e da procura



Valadares lembra que, em 1993, Brasil deu voto favorável na ONU colocando alimento como direito dos cidadãos

no comércio de alimentos.

Antonio Carlos Valadares aponta várias medidas que podem reduzir a fome e a miséria no país: prioridade para projetos sociais, investimentos em agricultura familiar, desapropriação de terras improdutivas para a reforma agrária, abastecimento de água e saneamento básico e investimentos em saúde e educação.

## Mauro pede redução dos juros da casa própria

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) chamou a atenção para a situação de aproximadamente 450 mil mutuários inadimplentes com o Sistema Financeiro de Habitação que, ameaçados pela possibilidade de despejo, não conseguem quitar suas dívidas



Segundo Mauro, há 450 mil mutuários do SFH que não conseguem pagar suas prestações

devido a "elevação exorbitante" do valor das prestações. O senador solicitou ao governo federal a redução dos juros dos empréstimos ou a renegociação do saldo devedor dos mutuários. Para isso, afirmou, basta vontade política e

administrativa. Entre os casos mostrados na série de reportagens feitas pelo Jornal Nacional, o senador destacou o de um mutuário que adquiriu apartamento por R\$ 50 mil, pagou R\$ 40 mil, e ainda deve R\$ 110 mil. Conforme Mauro Miranda, a reportagem denunciou a falta de lógica na matemática do Sistema Financeiro de Habitação, além de identificar os planos econômicos como os verdadeiros responsáveis pela cobrança abusiva de juros.

O senador ressaltou a negociação feita entre a Caixa Econômica Federal e 128 mil mutuários do Programa de Ação Imediata de Habitação (PAIH) no início deste ano, pela qual o mutuário assumia uma dívida parcelada de 12% do valor atual do seu imóvel, que em muitos casos foi paga pelo poder público municipal ou estadual. Esta negociação, na opinião de Mauro Miranda, representa exemplo a ser seguido por todas as instituições financeiras.

O senador, autor da emenda constitucional que instituiu a moradia como direito social de todo cidadão brasileiro, enfatizou que a renegociação de financiamentos para a casa própria poderá evitar "um drama social de proporções inimagináveis".

## Otávio elogia apoio do Basa à economia da Região Norte

As aplicações de recursos do Fundo Constitucional da Região Norte em 2000 pelo Banco da Amazônia (Basa) foram as mais altas desde a criação do fundo em 1988, perfazendo um total de R\$ 697 milhões, que representam 60% a mais que no ano anterior, informou o senador Luiz Otávio (sem partido-PA). Esse dado, na avaliação do senador, indica que o Basa se tem constituído em um verdadeiro banco de desenvolvimento econômico e social.

A previsão, segundo Luiz Otávio, é de que haverá novo acréscimo no volume de financiamentos e no número de empresas atendidas. "A de-

manda por créditos deve crescer em 2001, como se constata pelo número de projetos em análise, que no ano passado somavam 9.024", disse. O número será ainda maior, salientou o senador, uma vez que os setores de comércio e prestação de serviços passaram a ter acesso ao fundo, absorvendo 10% dos recursos.

De acordo com Luiz Otávio, chama atenção o incremento das aplicações do Basa no Pará — apesar de possuir apenas 27 agências no estado. Em 2000 houve acréscimo de 38,7% nas aplicações, representando injeção na economia estadual de mais de R\$ 226 milhões.

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

6h — *Especial* — Guerra do Contestado  
6h30 — *Agenda Econômica* — Luís Pinguelli Rosa, professor da UFRJ, fala sobre a crise de energia  
7h30 — *Entrevista* — A senadora Maria do Carmo fala sobre a seca do Nordeste  
8h — *Idéias* — Os senadores: opinião, discursos e novos projetos  
8h30 — *Saúde/Unip* — Dor no ombro  
9h — *Entrevista* — A coordenadora do Ipea, Anna Maria Peliano, fala sobre a ação social das empresas  
9h30 — Comissão de Assuntos Econômicos — Audiência pública com o Ministro do Trabalho, Francisco Dornelles (gravado)  
11h30 — *Idéias* — Os senadores fazem discursos e apresentam novos projetos  
12h — *Especial* — Guerra do Contestado  
12h30 — *Entrevista* — A sen. Maria do Carmo fala sobre a seca do Nordeste  
13h — *Fala Cidadão* — A conexão do Senado com a sociedade  
13h30 — *Agenda Econômica* — Luís Pinguelli Rosa, professor da UFRJ, fala sobre a crise de energia

14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)  
18h30 — *Entrevista* — A coordenadora do Ipea, Anna Maria Peliano, fala sobre a ação social das empresas  
19h — *Especial* — Guerra do Contestado  
19h30 — *Agenda Econômica* — Luís Pinguelli Rosa, professor da UFRJ, fala sobre a crise de energia  
20h30 — *Entrevista* — A sen. Maria do Carmo fala sobre a seca do Nordeste  
21h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado  
21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

### RÁDIO SENADO

#### HOJE

7h — Música, informação e serviços  
8h — *Senado Primeira Hora* — As principais notícias do Senado, do país e do mundo  
9h — Música e informação  
14h15 — *Senado Notícias*  
14h30 — Sessão Plenária do Senado  
19h — *A Voz do Brasil*  
20h — Música e informação  
22h — *Senado Notícias* — Edição da noite  
23h — *Voices do Século 21*

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



## COMO SINTONIZAR

### TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal  
DirecTV: canal 163  
Sky Net: canal 30  
Tecsat: canal 17  
Internet: www.senado.gov.br  
Antena Parabólica - Sistema Digital:  
• Satélite - B1  
• Transponder - 1 BE (Banda Estendida)  
• Polarização: Vertical  
• Frequência: 3.644,4 Mhz  
• Frequência (Banda - L) - 1505,75 Mhz  
• Antena - 3,6 m LNB  
• Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC/MPEG2 DVB  
• Symbol 3,2143MS-S  
• FEC: 3/4  
• Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Antena Parabólica - Sistema analógico

• Satélite - B1  
• Transponder - 11 A-2 (canal 8)  
• Polarização - Horizontal  
• Frequência - 4.130 MHz

### RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:  
• Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C  
• Receptor ABR 200, ComStream  
• LBN DRO ComStream  
• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

• Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz  
• Satélite: Brasilsat B2  
• Polarização: Vertical (RX)  
• Modo: Joint-Stereo  
• Taxa: 128 Kbps-BPSK  
• Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

# Senadores ouvem ex-diplomata que denuncia perseguição

A pedido de Roberto Requião, Comissão de Relações Exteriores recebe Jacques Guilbeaud, demitido pelo Itamaraty na época do regime militar, após ter acusado autoridades de superfaturamento na compra da residência do embaixador em Lisboa

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) deve ouvir hoje, às 17h30, a pedido do senador Roberto Requião (PMDB-PR), o ex-diplomata brasileiro durante o regime militar Jacques Guilbeaud, que acusou altas autoridades de se beneficiarem de superfaturamento na compra da residência do embaixador em Lisboa, em 1978. Após a denúncia, Guilbeaud sofreu ameaças de morte e acabou pedindo asilo no Canadá, quando foi demitido pelo Itamaraty.

Depois de eleito presidente, Fernando Henrique Cardoso recebeu carta de intelectuais franceses, inclusive do sociólogo Alain Touraine, pedindo uma solução para o caso Guilbeaud, que hoje, aos 63 anos, trabalha como vigia em Paris. Guilbeaud entrou na Justiça brasileira pedindo indenização e sua volta ao Itamaraty, pois não foi be-



Requião com Jacques Guilbeaud, ex-diplomata que hoje, aos 63 anos, trabalha como vigia em Paris

neficiado pela lei da anistia política, mas até hoje o processo não teve solução.

Requião tomou conhecimento do caso por jornalistas franceses e brasileiros, durante viagem a Paris. Decidiu envolver o Senado no assunto pois, a seu ver, "só assim o Itamaraty dará uma resposta oficial ao caso", que já dura 22 anos. "Que

eu saiba, o presidente Fernando Henrique não respondeu aos intelectuais franceses nem houve uma solução", afirma o senador.

Jacques Guilbeaud, que trabalhava no serviço de inteligência do Itamaraty, descobriu em 1978, durante uma investigação na embaixada em Lisboa, que a residência do embaixador, o ex-general Carlos Al-

berto Fontoura, também ex-chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), fora comprada por US\$ 1,9 milhão, quando a avaliação indicava o preço de US\$ 1 milhão. Ele disse ter ouvido do vendedor da residência, o português Queiroz Pereira, que teve de devolver a diferença a três autoridades do regime militar: o embaixador Fontoura, o então chefe do SNI, João Baptista Figueiredo (depois presidente da República), e o ministro-conselheiro da embaixada em Lisboa, Leite Ribeiro.

Numa entrevista no gabinete do senador Requião, ontem, Jacques Guilbeaud disse ter entregue pessoalmente o resultado de sua investigação ao então chanceler Azeredo da Silveira, que nunca informou sobre as providências tomadas. A partir da denúncia, o diplomata passou a receber ameaças de morte por telefone, teve seus salários

suspensos, nunca mais pôde entrar na embaixada em Lisboa e, mais tarde, foi removido para a embaixada no Canadá. As ameaças continuaram e ele, depois de publicar num jornal de Toronto um relato sobre sua situação, pediu asilo político ao governo canadense. Um mês depois o Itamaraty o demitiu, sob a alegação de que ele abandonara o emprego. "Por pressão do regime militar, o pedido de asilo não foi aceito pelo Canadá", disse o ex-diplomata.

## EMBAIXADORES

A CRE também examina hoje duas indicações do presidente da República: a de Luiz Henrique Pereira da Fonseca, embaixador do Brasil junto à Finlândia, para exercer, cumulativamente, o cargo de embaixador do Brasil junto à República da Estônia, e a de Vera Pedrosa Martins de Almeida para exercer o cargo de embaixadora do Brasil no Reino da Dinamarca.

## Requião: Senado deve rejeitar indicação para STM

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) disse ontem que o Senado deve "resistir à barbaridade" de aprovar a indicação presidencial do procurador-geral do Banco Central, José Coêlho Ferreira, para o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar (STM). De acordo com o senador, Ferreira assinou parecer do BC inocentando o senador Jader Barbalho (PMDB-PA) no caso dos desvios de recursos no Banpará. Requião alertou ainda que o mesmo procurador também deu parecer no caso dos bancos Marka e FonteCindam. Para ele, o procu-

rador é figura de terceira linha, sem expressão jurídica, mas costuma dar "pareceres oportunos".

— Esse obscuro procurador recebe essa honraria como prêmio por ter ajudado o governo no caso dos bancos Marka e FonteCindam e seguramente por ter sido um dos operadores da chantagem sofrida pelo senador Jader Barbalho — afirmou Requião.

Na avaliação do senador, "um rol imenso de acusações contra Jader no Pará e um parecer que o desonerava mantinham uma lâmina de guilhotina sobre o seu pescoço que

o constrangia a ter boa vontade com o governo federal".

O senador lembrou a aprovação de Teresa Grossi pelo Senado, "por interferência pessoal do presidente", para diretora do BC, e a nomeação do embaixador Júlio César para representar o Brasil na Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). Teresa teve investigada sua participação na operação de socorro aos bancos Marka e FonteCindam, e Júlio César foi envolvido no caso das gravações de telefonemas sobre as negociações para implantação do projeto Sivam.

## Eduardo saúda projeto do Confea para o país

Ao registrar a realização, este mês, do Congresso Estadual do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Crea) do Tocantins, o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) destacou documento elaborado pelo Sistema Confea, integrado pelo Conselho Federal da categoria e pelos 27 Creas, em que é sugerido um projeto para o Brasil baseado na participação da sociedade e no aproveitamento das potencialidades nacionais.

O documento, que será transcrito nos Anais do Senado a pedido do senador, condena os "conceitos meramente financeiros que acabam tornando o Brasil refém dos países que manipulam as finanças, a tecnologia e o poder supra-nacional, uma ameaça sobre a soberania e a sustentabilidade da economia e das instituições políticas e sociais".

O senador ressaltou que o Sistema Confea entende que o desenvolvimento sustentável da Amazônia não é uma questão regional, mas um instrumento estratégico essencial para um novo projeto nacional, que garanta a soberania e o desenvolvimento sustentável do Brasil. Nesse contexto, continuou, os recursos hídricos, a produtividade e a sustentabilidade dos solos, os recursos naturais e, especialmente, a biodiversidade e as



Segundo Eduardo, documento pode iniciar "um debate efetivamente produtivo a bem do Brasil"

questões ambientais são vistos pelo documento como recursos planetários que devem ser administrados de modo a elevar o Brasil ao nível dos países desenvolvidos.

— Essa é uma contribuição para que o país supere os traumas que têm sido a constante de nossa vida política e social nesses últimos anos, para trazer uma agenda positiva e o início de um debate efetivamente produtivo a bem do Brasil — afirmou o senador.

Eduardo Siqueira Campos registrou ainda que o documento apresentado vai ser submetido ao IV Congresso Nacional da categoria e servirá como preparação à 58ª Semana Oficial de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, que acontece de 3 a 7 de novembro, em Foz do Iguaçu (PR).

## Jucá destaca importância da Rede Amazônia

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) destacou a importância do projeto Rede Amazônia para a Educação, que tem o objetivo de promover o ensino e a integração de populações carentes da Região Norte, e apelou ao presidente Fernando Henrique Cardoso para que dê "o devido valor" a essa iniciativa.

Também denominado Infovia Multimídia para o Desenvolvimento de Programas de Educação e Saúde a Distância das Universidades Amazônicas, informou o parlamentar, o projeto consiste em implantar uma rede de serviço de informação e comunicação de forma a ampliar o alcance e aperfeiçoar a qualidade do ensino superior e da tele-saúde na região.

Segundo o senador, participam

do projeto as universidades federais do Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia e Roraima, as quais, além de se interligarem por infovia, poderão dispor dos serviços de Internet e de videoconferência. Ele explicou que os *campi* de cada universidade estarão interligados entre si e também com os *campi* das instituições de outros estados. O projeto prevê a construção de centros de recursos multimídia para a produção e distribuição de cursos e programas de ensino a distância em todos os *campi* das universidades participantes.

— Os processos de ensino-apren-



Jucá pede que FHC dê "o devido valor" à iniciativa

dizagem, juntamente com as inovações tecnológicas, vêm transformando significativamente os paradigmas educacionais em todo o mundo, seja no ambiente de ensino, seja na melhoria da qualidade dos currículos e da formação — afirmou.

Jucá também disse que, apesar de o Brasil ser uma das dez maiores economias do mundo, ter competitividade e liderança em alguns setores de tecnologia avançada, não logrou, ainda, o respeito da comunidade internacional e não assegurou seu lugar na comunidade dos países desenvolvidos.

# Paulo Souto defende liberação de transgênicos

Para o senador, a discussão sobre os produtos geneticamente modificados deve sair do âmbito do Poder Judiciário

O senador Paulo Souto (PFL-BA) propôs ontem que a discussão sobre a produção e o cultivo de organismos geneticamente modificados saia dos fóruns judiciais para ser travada nos meios técnicos, científicos e acadêmicos. O parlamentar disse que nada tem contra o Poder Judiciário, mas, segundo afirmou, a discussão do tema no âmbito jurídico "traz grandes transtornos" para a indústria de sementes no Brasil.

– Não façamos com a biotecnologia o que fizemos com os computadores e os remédios, o que tanto atrasou o desenvolvimento do Brasil nesses setores – afirmou, em referência à reserva de mercado ocorrida nos dois setores durante longo tempo.

Paulo Souto afirmou não entender a posição de ambientalistas contrários à produção de plantas geneticamente modifica-



Segundo Paulo Souto, a segurança dos transgênicos já foi testada

das. Para ele, esses organismos, por serem mais resistentes a pragas e doenças, reduzem grandemente a utilização de agrotóxicos, substâncias que envenenam o ar, o solo, as plantas e os animais. Além disso, enfatizou, não há registro cientificamente comprovado de malefícios

causados por transgênicos nos países que já os produzem e os consomem.

Para o senador, não se pode aceitar que a produção de transgênicos somente seja autorizada com "risco zero". Conforme disse, trata-se de uma "exigência absurda".

De acordo com o parlamentar, a segurança ambiental e nutricional dos organismos transgênicos já foi testada e aprovada em vários países do mundo. Acrescentou que os avanços da biotecnologia possibilitaram uma segurança bem maior do que os métodos tradicionais de melhoria

genética, com o cruzamento entre organismos vivos.

Somente a pesquisa em biotecnologia poderá, segundo Paulo Souto, "obter uma redução de custos e incorporar novas características, com relação à cor, sabor e muitas outras, que valorizam nossos produtos". O senador citou vários exemplos de melhorias atingidas com alterações genéticas, como o aumento do valor nutritivo ou a diminuição de substâncias nocivas, entre eles o tomateiro, que, com um único gene modificado, pode desenvolver-se em solos salinizados. De acordo com Paulo Souto, esse tipo de solo é muito comum no Brasil, resultante de projetos de irrigação mal conduzidos.

O parlamentar destacou ainda a atuação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), "entidade reconhecida interna e internacionalmente". Citou os avanços alcançados na utilização intensiva dos cerrados, com a realização de "uma verdadeira revolução na agricultura brasileira".

## Santos quer apoio do Congresso a programa contra a Aids

O senador Ricardo Santos (PSDB-ES) conclamou o Congresso Nacional a apoiar o programa brasileiro de combate à Aids. Ele ressaltou a necessidade de apoio à produção e distribuição gratuita de medicamentos anti-retrovirais e às pesquisas de mapeamento e vigilância das doenças sexualmente transmissíveis, políticas, afirmou, que a Organização Mundial da Saúde (OMS) considerou exemplares, em sua 54ª Assembléia Mundial, realizada em maio passado.

No documento final da assembléia, lembrou Ricardo Santos, a OMS destacou que os preços dos medicamentos anti-retrovirais, inclusive genéricos, para nações pobres e sem recursos devem ser inferiores aos praticados atualmente. Para a organização, o acesso a esses remédios precisa ser

visto como um direito básico do ser humano, ressaltou o senador.

Ricardo Santos citou números relativos à Aids em todo o mundo, classificando-os como esterecedores. São 36,1 milhões de pessoas contaminadas pelo vírus HIV. Desse total, 16,4 milhões são mulheres e 1,4 milhão, menores de 15 anos. No ano 2000, morreram 3 milhões de pessoas devido à doença.

De acordo com dados do Ministério da Saúde, há, no Brasil, 203 mil casos de Aids notificados. Estimativas indicam que haja 537 mil pessoas infectadas pelo vírus HIV. Em todo o país, 113 mil pessoas já morreram em consequência da doença.

Ricardo Santos destacou que, "apesar dos números alarmantes", o programa brasileiro já obteve uma queda de 50% na taxa de



Santos ressaltou o reconhecimento da OMS à distribuição gratuita de medicamentos

mortalidade por Aids, entre 1995 e 1999, e uma redução de 80% das internações hospitalares devido a doenças oportunistas ou sintomas graves da Aids.

– Esses dados mostram que o programa brasileiro de distribuição gratuita de medicamentos está no caminho certo para combater a doença – afirmou.

Em aparte, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) disse que o programa brasileiro de combate à Aids representa uma das maiores vitórias do país no campo da saúde e das relações internacionais.

## Comissão discute hoje fontes alternativas de energia

A agenda de trabalho para esta semana da comissão mista especial destinada a estudar as causas da crise ener-



gética nacional inicia-se hoje, às 15h30, com uma audiência pública. Durante a reunião serão debatidas fontes alternativas de produção de energia elétrica. A audiência pública deve contar com a participação do diretor do Instituto Nacional de Eficiência Energética, Jayme Buarque de Holanda; do diretor da Brasil Energias Solar e Eólica, Armando Abreu; da coordenadora de ações de desenvolvimento energético do Ministério da Ciência e Tecnologia, Ivonice Campos; e do professor Luís Octávio Kobilitis, da Escola de Engenharia de Pernambuco.

A partir de amanhã, até sexta-feira, os integrantes da comissão visitarão as hidrelétricas de Sobradinho e Xingó para inspecionar usinas de geração de energia operadas pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf).

O roteiro de visitas da comissão inicia-se com o embarque da co-

mitiva amanhã, às 17h, para Petrolina (PE). Na quinta-feira, dia 16, de manhã, os parlamentares deslocam-se para Sobradinho (BA), onde vão visitar uma tomada d'água do projeto Tourão.

Nesse mesmo dia, reúnem-se com prefeitos e representantes empresariais da região, seguindo depois para Casa Nova, para visitar a tomada d'água do projeto Nilo Coelho. Na sexta-feira, a comitiva inspeciona o vertedouro, a barragem, a tomada d'água, a casa de força e o museu arqueológico de Xingó, além da Usina do Angiquinho, na Ilha do Urubu.

Na semana passada, o ex-secretário de Energia do Ministério de Minas e Energia Peter Greiner advertiu, em audiência pública na comissão, que o Brasil deverá conviver com a crise energética e a possibilidade de apagões pelos próximos quatro ou cinco anos. Conforme disse, o setor elétrico nacional está desorganizado e demanda uma profunda reestruturação, que passaria pela privatização de, pelo menos, 70% de sua estrutura.

## Alcântara destaca busca de qualidade para a avicultura

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) enalteceu o Anteprojeto de Qualidade da Avicultura Brasileira, elaborado União Brasileira de Avicultura (UBA) e que está sendo debatido pelos integrantes do setor. O objetivo da proposta, explicou o senador, é a busca da certificação de qualidade da avicultura nacional dentro de rígidos padrões internacionais, possibilitando a entrada do produto brasileiro em mercados externos e um melhor atendimento ao mercado interno.

Alcântara informou que o anteprojeto surgiu de estudo encomendado por avicultores brasileiros em parceria com a Fundação Apinco de Ciência e Tecnologia Avícolas e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O estudo, disse, identificou a questão sanitária como principal ponto de estrangulamento da cadeia avícola. Com a certificação de qualidade, Alcântara acredita que o setor avícola

poderá superar limitações de acesso a novos mercados, bem como manter os já conquistados.

O senador congratulou todos os segmentos que formam a avicultura brasileira, afirmando que "o êxito de todos eles representará também uma parcela significativa de sucesso para a economia brasileira". O Brasil, salientou Alcântara, ocupa o terceiro lugar na produção mundial de aves, sendo o segundo maior exportador mundial.



Alcântara informou que avicultores pretendem obter certificado internacional de qualidade